

Introdução

A primeira questão é explicar o conceito de genealogia moral, como um método de investigação das origens sociais e dos discursos que sedimentam os fundamentos éticos de uma sociedade de referência. Nesse sentido, a genealogia significa investigar as origens dos valores e o processo de construção desses, que funcionam como pano de fundo dos discursos sociais, códigos de conduta e explicação para as tramas que constituem os sujeitos e suas práticas.

O termo se tornou popular partir da obra *Genealogia da Moral* de Nietzsche (2009), publicada em 1887. O autor apresenta uma compreensão crítica dos valores morais presentes na história, filosofia e religião da cultura ocidental. Mesmo utilizando um termo tão marcado pela obra do autor alemão, pretende-se nesse artigo utilizar o termo genealogia para se referir mesmo a uma possível origem, de caráter histórico e étnico, que remeteria à colonização e à moralidade dos povos que ocuparam a América Ibérica.

De certa forma, é exatamente isso que Sergio Buarque de Holanda pretende em raízes do Brasil: fazer uma genealogia moral do brasileiro a partir dos povos não originários ocupantes do território. As 'raízes' a que o título do texto faz referência, na verdade, é uma explicação genealógica da moral dos brasileiros, com suas particularidades e desvios.

Sergio Buarque de Holanda foi um dos primeiros autores a ofertar uma explicação da vida social e da moral dos brasileiros com pretensões de originalidade. O autor faz a pergunta fundamental sobre quem é o brasileiro e a origem dos valores que a sociedade professa.

Ao longo do texto, o leitor vai se deparar com certa ousadia desta autora, que muito vai discordar da posição de Buarque de Holanda, sem com isso questionar a genialidade do autor e de sua incrível e original obra *Raízes do Brasil*.

A hipótese discutida nesse pequeno ensaio é se que existiria um modelo de comportamento e ação ibérico (ou português) que explicaria de genealogia moral dos brasileiros. Usando o arcabouço proposto por Buarque de Holanda e outros autores da sociologia brasileira, será discutido esse fundamento histórico e étnico para os 'vícios' hoje presentes na moralidade desviante do brasileiro.

Destaca-se a matriz weberiana da análise, tal qual a abordagem também proposta por Buarque de Holanda. Porém, longe do purismo da abordagem, também são utilizadas outras bases teóricas, procurando-se fazer uma análise crítica das posições esboçadas por Buarque de Holanda. Há 91 anos da publicação da primeira versão de *Raízes do Brasil*, o livro mantém-se atual e provocante.

O artigo é dividido em três partes: inicialmente, será apresentada a modernidade como discurso sobre o outro e sua subjugação; no tópico seguinte, a posição de Buarque de Holanda sobre as origens portuguesas da moralidade brasileira; e, por último, a crítica à sociologia da inautenticidade presente na obra de Jessé Souza, que (a nosso ver) é o contraponto a tese

esboçada por seus antecessores sobre herança portuguesa e a busca de um traço característico do Brasil a partir da herança colonial.

1. Crítica à Modernidade: apropriação discursiva do ‘outro’, racionalização e descoloniadade

O objetivo é tratar da modernidade, como discurso sobre o qual se alicerçam os fundamentos da organização social do Ocidente, e, por conseguinte, os povos abarcados por seus padrões culturais, os colonizados. Destaca-se a formação das instituições, em especial, o Estado, e seus elementos. Nesse o ‘povo’ merece atenção mais importante, pois traz em si uma sobrecarga ideológica, para a crítica da homogeneidade social, fundada na ideia de identificação entre os membros de uma comunidade de referência.

Outro ponto importante é o discurso de legitimidade, em que se discute a identificação dos indivíduos e os julgamentos que estes fazem sobre suas instituições e se elas cumprem as funções a que se propõem. Nesse ponto, entende-se que o discurso não tem sua aplicação e valor uniforme em todos os contextos de seu uso.

Os europeus colocaram a mesa e serviram a racionalidade como o prato principal. Em nenhum momento histórico anterior a dependência de todas as esferas da existência esteve tão vinculada à dimensão econômica como o moderno. A complexidade do conceito, as teias que envolvem o homem moderno, são tão difíceis de explicar, como são difíceis de romper suas amarras. Giddens (1991, p. 11) definiu a modernidade como um momento histórico, uma localização geográfica, um *modus vivendi* e uma organização social, mas enfaticamente a comparou com uma caixa preta que envolve a humanidade.

A modernidade não é fruto de uma mera conquista e expansão do europeu pelo mundo. O rasgo da modernidade modelou a forma de pensar a sociedade, criou e reificou a ciência e a razão. A identificação de Weber (2004) sobre o processo de racionalização social diante do empreendimento do ocidente é insuficiente, pois ele não é mais apenas o parâmetro para comparações, a ‘racionalização’ torna toda a humanidade profundamente, e imperdoavelmente, ocidental.

A concepção instrumental da razão, como superação das concepções religiosas, criou um novo deus, o deus do mercado e da acumulação, um deus pouco misericordioso, orientado pela moeda do mercado. É o deus das ciências empíricas e das

ideias morais e jurídicas, do desenvolvimento e do progresso que ordena a sociedade, mas lhe tira a vida e a sua feição humana.

A estruturação do capital se fundamenta em um alicerce racional de organização do espaço e da vida, da produção e de retroalimentação. Representa a força motriz de confiança e de reprodução do capital, combinando elementos culturais, científicos, políticos, ideológicos e sociais. Supera a religiosidade do medievo e introduz a razão e o mercado.

A modernidade não é uniforme, sendo assim, combina incongruências e dissimulações, utilizando-se de todo o aparato ideológico da liberdade e da igualdade num mundo profundamente desigual. Os processos de modernização dos países de terceiro mundo como salienta Sztompka apresentam-se crucialmente diverso daquele europeu:

Entenda-se por 'falsa modernidade' a combinação incoerente, desarmônica, internamente contraditória de três componentes: (1) modernidade forçada em alguns domínios da vida social com (2) vestígios da sociedade tradicional pré-moderna em muitos outros, tudo isso vestido em (3) ordenamento simbólico que finge imitar a modernidade ocidental (1998, p. 239).

Não se pode e não se deve pensar o desenvolvimento científico, o incremento econômico exterior ao mundo social e a experiência que lhe serve de suporte. Por outro ângulo, é impossível negar que sobre o prisma da apropriação material dos bens disponíveis na natureza e da criação de um 'mundo artificial' os homens modernos foram ágeis. Todavia, tais benefícios e tais desafios superados não são bens que todos possam usufruir. Cabe observar que se convive no mundo três ordens de homens: os pós-modernos, os modernos e os pré-modernos.

Habermas (2002, p. 07) afirma que a teoria da modernização, como sucedâneo weberiano, abstrai as consequências do processo. Desta forma, há uma aparente separação da modernidade das origens europeias. A concepção filosófica universalista e a-histórica por ela empreendida esconde as vertentes obscuras, com mais afinco, para as relações econômicas que em seu bojo se estruturam. A imagem integrada como esforço mundial de produção e controle recai, em especial, nas dimensões: da industrialização, na mercantilização e na vigilância de todos os aspectos da vida social.

Hodiernamente, a modernidade é repensada, a caixa preta é aberta, a pós-modernidade surge com uma nova proposta. A modernidade tornou-se *reflexiva*, a viagem filosófica do ocidente contesta suas próprias bases propondo fórmulas de

repensar o sujeito histórico moderno: individualista e burguês. Evidencia-se a crítica da construção das instituições ocidentais e de seus “pretensos” objetivos não atingidos. A modernização empiricamente sustenta-se em esforços nunca alcançados, e os resultados sonhados não são acessíveis para todos. No plano teórico, fundamenta-se em inaceitáveis pressupostos evolucionistas do processo histórico e social, e de uma postura teórico-epistemológica que durante muito tempo ignorou a práxis. .

Em uma paráfrase, Walter Benjamin (1990) procura demonstrar a lógica dos acontecimentos históricos utilizando-se da retratação de um quadro de Klee. Descreve a imagem de um anjo que parece querer afastar-se de algo que o encara fixamente, de olhos escancarados, boca aberta, asas preparadas para o voo, mesmo diante do amontoado de ruínas que se entulham em seus pés. Pensa ele em parar e colher cuidadosamente todos os fragmentos que se amontoam, mas não pode. Levantar voo não é somente o destino, e sim, algo de que não pode dispor. É por isso que as asas são levadas pelo vento, porque ele não pode mais fechá-las.

Hoje, vive-se o momento em que a imposição dos acontecimentos não deixa margem para que se possa dispor das coisas e organizar o tempo e a vida. Isto não se coloca em termos apenas individuais, mas, principalmente, em coletivos. A marcha dos acontecimentos tem a um ritmo tão assustador e através de um processo dialético-trágico que a humanidade ver-se perplexa frente às transformações do hodierno.

Muitos falam da expressão capitalismo tardio para representar a nova fase da economia mundial e de todas as transformações daí decorrentes. Corriqueiros se tornam outros termos como fim da história, globalização, crise do Estado Nação, dentre uma ‘variedade’ de modismos. Todas as interlocuções não levam em conta as várias instituições estabelecidas e sedimentadas ao longo do processo histórico estão ruindo, pois esse microcosmo de representações constitui as linhas diretivas da organização da sociedade. Na dimensão levantada por Foucault, as relações de poder são também relações de verdade, no processo em que o saber organiza a sociedade e trava interações infinitesimais através do discurso (1995, p. 29). Ao serem desorganizadas as condições materiais, ou as estruturas simbólicas, todos os universos de significação também são irremediavelmente alterados.

Em comum, as teorias macro alertam para as modificações das estruturas e das relações de poder, ao passo que também remete para a imperiosidade de pensar em tantas e variadas mudanças. De certo modo, significa evidenciar temáticas que até então

estavam sedimentados como os padrões de racionalidade e conhecimento científicos da sociedade moderna.

Todos os elementos se entrecruzam nos frutos da modernidade, avaliados, distorcidos, reflexionados, aplaudidos e satirizados por aquilo que se denominam pós-modernidade, entre tantas outras denominações para o hodierno, como fase pós-industrial, modernização reflexiva, modernidade inacabada, etc. Todas essas fases têm a perspectiva de rompimento total ou parcial com o modelo precedente. Com efeito, mesmo a denominação utilizada neste texto, corre-se o grave risco de amanhã ser inócua para responder à complexidade das várias dimensões dos conflitos sociais de hoje, porquanto a proximidade dos fatos históricos faz com que o pesquisador tanto possa analisar com acuidade o contemporâneo, como inversamente colocá-lo em um labirinto, risco este necessário de se aceitar. Como bem advertiu Castoriadis (1981, p. 15) toda definição é um convencionalismo, e como tal pode ser por si mesma criticada.

2. A genealogia moral do Brasil e a herança portuguesa segundo Sergio

Buarque de Holanda

O livro de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*¹, faz parte da fase crítica de explicação do Brasil. Trata-se da tentativa de produzir uma explanação necessariamente genuína, observando as características e as especificidades do nosso povo, a partir de uma interpretação reflexiva da herança ibérica. Longe de uma visão positivista, mais afeito a abordagem da sociologia compreensiva weberiana, o livro procura unir os fundamentos sociológicos aliados à visão histórica e a genealogia moral² da sociedade que se formou aqui nos trópicos.

¹ O autor é considerado um dos grandes ensaístas brasileiros, engaja-se inicialmente no projeto da Universidade do Distrito Federal (RJ) e posteriormente na Universidade de São Paulo. Vinculado a esquerda brasileira desde 1946 e ao Partido dos Trabalhadores em 1980, Sergio Buarque de Holanda não pode ser considerado um autor que busca desenvolver um pensamento crítico da sociedade brasileira. A primeira edição do livro foi de 1936, após o retorno do jovem estudante de história e sociologia em Berlim, tendo entrado em contato com a teoria sociológica weberiana (RICUPERO, 2011, p. 106). A primeira edição da obra foi realizada pela Editora José Olímpio em 1936, a publicação usada neste trabalho é a versão de 1995, da editora Companhia das Letras (HOLANDA, 1995).

² Por 'genealogia' entendemos o processo histórico e social de constituição dos fundamentos éticos da sociedade. Nele podem ser resgatadas as práticas culturais, a divisão social do trabalho e uma apreensão crítica sobre o processo de formação da sociabilidade.

Não adota uma perspectiva evolucionista³, segundo a qual nossa civilização tropical estaria localizada no estágio anterior da modernidade. O grande desafio seria de oferta uma explicação convincente da sociedade brasileira sem cair nas armadilhas de naturalizar os problemas fundamentais do país, como se o ‘exótico’, traço que distingue o brasileiro, fosse uma justificativa para a desigualdade e a injustiça social vivenciada pela maior parte da população.

O autor, utilizando-se de metáforas⁴ e de jogos de contrários⁵, procura inscrever como explicação da sociedade brasileira, a situação existente e historicamente construída em torno da origem e desenvolvimento dos mecanismos de socialização e inserção da cultura brasileira.

É próprio dos discursos sobre o Brasil do início do século XX falar da origem ibérica das instituições, o que para Vilas Boas

Levando isso em consideração, compreende-se o porquê de essa interpretação fundada no *ethos* ibérico ter se convertido, após os 30 anos, na pedra angular da explicação acerca do atraso brasileiro e das deturpações encontradas em nossas instituições, dentre as quais o direito. Isso ocorre porque a estrutura da sociedade brasileira passa a demandar outra ordem de explicações que não podem mais estar adstritas a determinantes naturalistas e raciais, pois uma tal semântica começa a perder sentido em razão das alterações que vão ocorrendo no Brasil a partir do final do século XIX e início do século XX (2009, p. 208).

Buarque não faz uma abordagem da formação étnica do povo brasileiro, o que foi tratado por seu contemporâneo Gilberto Freyre⁶. Também não procura indicar

³ No século XIX surge o evolucionismo unilinear, que aplica a teoria da evolução na culturalidade e gera o pressuposto que o homem passaria por estágios de evolução cultural: da selvageria à barbárie, da barbárie à civilização e da civilização ao estado de perfeição relativa. São estudos etnocêntricos e comparativos, relegando às etnias minoritárias diferentes graus de primitivismo tendo a cultura europeia como ponto de referência do processo civilizatório. Muito comum no Brasil no início do século XX, como presente na obra de Alberto Torres. (RICUPERO, 2011, p. 12).

⁴ A metáfora como meio sinalizar e denotador procura retratar a situação procurando provocar no interlocutor os conceitos prévios fixados socialmente e os valores compartilhados intersubjetivamente, no qual aquilo que é percebido não tem meios de se expressar de forma eficaz através da verbalização. TRASK, 2004.

⁵ De início, o termo era usado como um equivalente de “cálculo”. Tinha como principal função destacar as várias semelhanças entre linguagem e jogos, assim como a analogia com o cálculo delineava semelhanças entre linguagem e sistemas formais.

⁶ Antes de Sergio Buarque de Holanda trata da ‘herança’ portuguesa e da tentativa de se constituir uma ‘civilização tropical’, Gilberto FREYRE edita *Casa Grande e Senzala*, tratando da sociedade colonial e vida privada da sociedade colonial (FREYRE, 2006).

uma releitura da sociedade brasileira a luz das teorias marxistas e sua luta de classes⁷. Ele oferta uma genealogia moral, ou seja, busca indicar os fundamentos éticos da sociedade brasileira e da relação entre os indivíduos e o Estado, a partir de uma visão personalista das relações entre o público e o privado. A preocupação é tratar das origens sociais e culturais dos padrões éticos e dos meios de socialização desenvolvidos num sociedade dispersa, mestiça e fragmentária, segundo esse autor.

Pela dispersão pode-se indicar a forma de ocupação do território. Um país de dimensões continentais e formado por diferentes encontros de culturas: a indígena, a portuguesa e a negra. Os índios que aqui se encontravam, por sua vez, apresentavam variações linguísticas e distintas práticas culturais⁸. Para Buarque, o português trouxe aos trópicos a herança cultural do Velho Mundo, o espírito de conquista e a avidez pela riqueza, mais detidamente aquele que não fosse fruto do trabalho árduo, oposto à ética protestante presente na maior parte da Europa após a Revolução Industrial, conforme influência da tese weberiana da origem e das condições de desenvolvimento do capitalismo (WEBER, 2009). O negro representou a mão de obra necessária ao trabalho árduo, não ‘aceito’ pelo índio e ‘impróprio’ ao português, diante do estigma do labor manual.

A relação entre o português e os outros grupos étnicos é marcada por traços específicos de manutenção das relações de poder entre a classe social privilegiada, representada pelo colonizador, e os grupos de índio negros e despossuídos. O fato de a colônia brasileira ser um grande território em que a população se dispersava e não mantinha contínuos contatos, teve impactos sobre os laços sociais que se formaram, mais detidamente nos habitantes rurais, até meados do século XX, segundo Buarque. Para esse autor, o português herdou dos muçulmanos, que ocuparam a Península Ibérica por 700 anos, um jeito próprio de tratar o escravo, o que diferenciava a escravidão portuguesa da praticada pela Inglaterra em suas colônias (HOLANDA, 1995, P. 25). No Brasil, a colônia portuguesa mais expressiva, o mecanismos de socialização e de

⁷ Exemplo seria a obra de Caio Prado Junior. Porém, consideramos que seria forçoso entender o Brasil a partir das lutas de classe marxista, pois não haveria um antagonismo entre a classe operária e a burguesia no incipiente capitalismo brasileiro. (PRADO JR., 1996).

⁸ Segundo Marta Azevedo não existe nenhum dado preciso sobre quantos índios viviam na região a que hoje denominamos Brasil. Segundo ela “Alguns autores estimam a população indígena no século XVI entre 2 e 4 milhões de pessoas, pertencentes a mais de 1.000 povos diferentes; Darcy Ribeiro afirma que desapareceram mais de 80 povos indígenas somente na primeira metade do século XX, sendo que a população total teria diminuído, de acordo com esse autor, de 1.000.000 para 200.000 pessoas” disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quantos-sao/quantos-eram-quantos-serao>, acesso em 24 de julho de 2013.

proximidade no tratamento dado pelo português ao escravo e a súpil, porém não pacífica e ineficaz subordinação, foi útil a ocupação do território e à manutenção desses laços por cinco séculos.

O Brasil era um território rural, o que significava que a maior parte da sociedade se encontrava distante dos centros institucionais de poder. Assim, transferiu-se seu exercício a terceiros privados, os donatários, coronéis, fazendeiros, a responsabilidade pela manutenção da ordem. Por outro lado, a ausência de centralização faz com que os desígnios do Estado português dependessem da aceitação e da participação desses mesmos terceiros.

Entretanto, a descentralização não significava algo ruim ou circunstancial. Como argumenta Sergio Buarque de Holanda logo nas primeiras linhas sobre os ibéricos: “constituem uma zona fronteira, de transição, mesmo carregados em alguns aspectos, desse europeísmo que, não obstante, mantêm como patrimônio necessário” (HOLANDA, 1995, p. 31). Então, podemos afirmar que os portugueses, como os espanhóis se voltavam para fora da Europa, oposto a formação da moderna sociedade inglesa e francesa, preocupados em proteger suas fronteiras.

A fragmentária sociabilidade do português e do espanhol é atribuída, por Sérgio Buarque, ao valor que esses dispensam ao personalismo, o que os impeliria ao ‘anarquismo’ representado pela “cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e dos costumes” (HOLANDA, p. 1995, p. 32). A falta de coesão não é um fenômeno novo ao estilo de vida do colonizador, porém apresentará novos contornos aqui, pois há possibilidades reais, viabilizadas pela disponibilidade de terras e privilégios que o recente mundo descoberto ofertara.

O último parágrafo do Capítulo 1 de Raízes do Brasil é especial para sintetizar a tese esboçada, segundo o autor a desordem é um elemento ‘natural’ ao português, bem como sua tendência a inquietante ‘anarquia’ e aversão às regras. Seria herança europeia do colonizador que foi afastado do seu centro, e, portanto, não animados pelos mesmos valores ‘cívicos’ que animavam o velho continente. Chegou-se, assim, ao Brasil, a repugnância pelas instituições, o que para Buarque: “É em vão que temos procurado importar do sistema de outros povos modernos, ou criar por conta própria, um sucedâneo adequado, capazes de superar os efeitos de nosso natural inquieto e desordenado”(HOLANDA, 1995, 40).

Consequências da dispersão da ocupação do território, a colonização das terras tropicais por Portugal, teria sido governada por um espírito aventureiro em

oposição a moral trabalhadora de outros conquistadores⁹. O que caracteriza a moral do aventureiro é a avidez por riqueza fácil, rápida ascensão social e o objetivo de permanecer somente transitoriamente em determinado lugar. O aventureiro não quer criar raízes. O aventureiro enxergaria só os benefícios e transporia os obstáculos como trampolim. Não se compromete, almeja o benefício pessoal em oposição à vida coletiva. Diversamente da ética do trabalho, que pressupõe esforço lento, pouco compensador em curto prazo e persistente.

Pela metáfora do aventureiro e do trabalhador¹⁰, Sérgio Buarque se rende ao elogio da tradição moderna, em oposição a outras formas de socialização do trabalho não modernas, como ponto cristalizador do tipo ideal e da cultura que lhe é própria¹¹. Na formação da genealogia moral do Brasil, é a moral do aventureiro que se aportou entre nós, em que a ânsia da “propriedade sem curso, de títulos honoríficos, de posição e riqueza fáceis, tão notoriamente característica da gente de nossa terra” (HOLANDA, 1995, p. 46).

Longe de toda a crítica e a imputação das vicissitudes do projeto colonizador que aqui se fez, os elementos objetivos presentes no lastro econômico que o impulsionou, está a conveniência de se produzir, no mundo colonial, para o mercado externo, representado pela nação colonizadora e os países que com ela mantinham relações comerciais. A colônia agrícola portuguesa que aqui se instalou marcou a forma como os brasileiros lidariam com a riqueza produzida e o espaço. Sérgio Buarque então profere uma análise válida até hoje:

A verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Seu braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável (HOLANDA, 1995, p. 46).

⁹ Parece-nos claro que os outros conquistadores seriam a herança inglesa e francesa na América do Norte, que animada pelo capitalismo industrial tinha despontado no início do século XX. Quem trabalhará claramente as razões de tamanha distinção entre os dois processos coloniais será Furtado (1983) no clássico brasileiro Formação Econômica do Brasil.

¹⁰ Buarque adota mecanismos de classificação de modo a viabilizar a explicação da sociedade feita por ele, seria assim, os tipos ideais. Estes seriam “o produto de uma reflexão sobre a sociedade – que pressupõe que a sociedade é, que as visões subjetivas e complementares aí são possíveis e efetivas”. (CASTORIANDES, 1982, p. 412).

¹¹ Neste tópico fica clara a herança da sociologia weberiana ao ofertar, a partir da emergência da história local tipos explicativos. O recurso da sociologia compreensiva ancorada na ação volta-se para o indivíduo e seus aspectos subjetivos a análise da sociedade. WEBER, 2002.

O autor explica com magistral atualidade a relação do homem com o território, o que se estende também para as cidades portuguesas aqui erguidas, na metáfora do semeador e do ladrilhador. Já como gestação da relação do indivíduo com o espaço, a cidade não viabilizaria o encontro, a discussão, e não será o lugar privilegiado de revolução nos trópicos¹².

A herança rural se destaca no contexto periférico brasileiro e a cidade serve mais a facilitação dos meios de controle do que a agregação dos indivíduos na praça, o lugar o encontro, o lugar do público. Uma relação perniciososa com o território e com aqueles que nele se estabelecem. E foram vários que chegaram e se misturaram com outros que já se encontravam.

A pluralidade da sociedade brasileira decorre da mestiçagem de três grupos que aqui se encontraram: o índio, o português e o negro. Segundo Sérgio Buarque, a mestiçagem não era novidade para o português. Este seria marcado pela falta de orgulho de raça e apresentaria, o que autor denominou, de extraordinária plasticidade social (HOLANDA, 1995, p. 53). O português já é mestiço em sua origem e o reproduz no novo mundo tropical o padrão de mistura herdado da ocupação muçulmana na península ibérica. Da mesma forma, a escravidão não é prática nova. Já nos primeiros anos da ocupação do Brasil utilizava-se mão de obra escrava negra e se negociava os filhos dos escravos.

O fato dos índios brasileiros não se habituarem a condição servil e de se acharem ‘reconhecida’ sua liberdade, os distanciou do estigma social ligado à escravidão. Porém, os índios, em especial as índias, tinham ampla ‘serventia’, tendo em vista que em seus ventres o mundo colonizado surgiu através de casamentos entre elas e o colonizador português, incentivados pela coroa¹³.

No plano da economia, a ausência de diversificação das atividades, sendo a concentração da produção em latifúndios, inicialmente, para a produção de açúcar e depois para o café, que achataram outros ramos produtivos. Não há praticamente atividade de cooperação no âmbito produtivo e o trabalho livre era praticamente inexistente até o início do século XX. Além da resistência ao uso de técnicas produtivas mais eficazes, como assinala Buarque de Holanda.

¹² Marcelo de Souza faz um contraponto importante sobre a relação entre a gestão do espaço urbano e a democracia, tendo em vista que o retraimento ou a expansão são demonstrativos do grau de valorização da participação popular e de autonomia social (SOUZA, 2006, p. 31).

¹³ Encontramos teses parecidas em outros autores, como rapidamente o próprio Faoro e em Furtado, diante da proteção dos jesuítas e sua resistência em favorecer a escravidão do índio.

Seguindo a tradição weberiana, em que o indivíduo e suas predisposições e escolhas sobrepõem-se as condições objetivas gerais, Sérgio Buarque atribui o insucesso da colonização holandesa no Nordeste a contra face da colonização portuguesa. Enquanto estes são dispersos e sem métodos, aqueles apresentariam grande coesão social e metodismo. O português teria a predisposição à mestiçagem e à vida nos trópicos, já os holandeses seriam incompatíveis com as terras tropicais¹⁴. No mais, a religião não ofertava ritos, como o apelo que o catolicismo detinha, e teria baixa inserção social, principalmente junto às comunidades rurais (HOLANDA, 1995, p. 62).

A origem rural da sociedade brasileira é outro ponto importante para a fragmentária identidade social do povo. Se por um lado inviabilizou a construção do Estado central forte, por outro representa a tardia organização do operariado urbano nos moldes europeus do trabalho livre. Favoreceriam os vínculos pessoais e a dependência patrimonial, por tal razão o clientelismo seria uma das características da sociedade brasileira até hoje. Em abordagem diversa da matriz teórica weberiana, Adalberto Cardoso trata da construção da sociedade de trabalho no Brasil. Assevera este autor a tardia modernidade em termos de organização da força de trabalho ‘livre’ ou assalariada, ao estilo do capitalismo europeu, e a indica como causa a absurda desigualdade social, persistente, perniciosa e manipulada¹⁵.

Buarque tratando do esforço modernizador brasileiro aborda os fracassos do empreendimento de Mauá. Argumenta sobre a incompatibilidade das formas de vida copiadas das nações socialmente mais ‘avançadas’. Mais adiante, Buarque trata do processo de urbanização incipiente no início do século XX e da mentalidade campesina daqueles que passaram a viver nas cidades (HOLANDA, 1995, p. 82). O autor fala da aversão às virtudes econômicas entre os povos de origem ibérica. Seriam eles contrários à racionalização econômica, por sua versão impessoal e mecânica, necessária ao desenvolvimento do capitalismo. Não conseguiriam eles sobrepujar as relações de natureza comunal e orgânicas, que se fundam “no parentesco, na vizinhança e na amizade” (HOLANDA, 1995, p. 137).

¹⁴ Como colocamos anteriormente, o autor mantém-se preso ao ideal de progresso americano, justificando a origem étnica a predisposição ou não para o desempenho de tarefas. Em Ricupero, suas lições sobre a interpretação do Brasil, em especial, Alberto Torres, vemos a tendência a culpar a origem mestiça o atraso brasileiro (RICUPERO, 2011, p. 40).

¹⁵ O sindicalismo no Brasil surgiu com a inserção dos trabalhadores europeus a partir do final do século XIX (CARDOSO, 2010).

Contrário à visão marxista, mais detidamente a explicação de Engels sobre a origem do Estado, Buarque lança a tese segunda a qual a formação do Estado representa um movimento descontínuo e de negação à família, não uma decorrência desta; pelo menos, não deveria sê-lo em sua tipologia ideal. O Estado representaria a lei geral, que suplanta a particular, tal passagem seria imprescindível a instituições modernas racionalizadas e a estruturação do capitalismo e suas relações de troca. Segundo a argumentação de Buarque, a organização produtiva moderna representa a passagem das corporações de ofício, atravessadas pela proximidade, para a formação do capitalismo industrial, no qual a impessoalidade na organização da mão de obra trabalhadora é indispensável.

O que tardiamente ocorreu no Brasil no plano produtivo, nunca se estabeleceu de fato no plano institucional. Onde termina o privado e começa o público é um questionamento impossível de ser respondido na cultura brasileira. Utilizando das categorias weberianas de legitimação¹⁶, ele assevera que, no Brasil, persiste a tradição e o carisma em oposição à razão e a impessoalidade burocrática. O privado predomina e o público se atrofia. No caso nacional, o núcleo familiar, âmbito da socialização primária, debruça-se sobre o público, o que impediria maturação das instituições (HOLANDA, 1995, p. 147).

Caso se seguisse o posicionamento de Buarque poder-se-ia afirmar, nos termos objeto deste artigo, que o déficit institucional seria fruto da ausência ou da precária racionalização do aparelho institucional. Assim, reproduziríamos no plano do público os princípios e códigos de conduta domésticos e distribuimos desigualmente os bens públicos a partir da matriz patrimonialista que perdura entre nós. Concorde-se com o efeito, mas se discorda de suas causas.

Não é novidade o fato do Estado, principal aglutinador do aparelho institucional, seja o garantidor do acesso díspar à riqueza social. A distribuição desigual e injusta da riqueza social gera revolta e resistências entre os grupos beneficiados e aqueles que não o são. Entretanto, não é o que ocorre no Brasil. Buarque cria em seu livro um tipo ideal célebre e que talvez seja a sua principal herança sociológica: o homem cordial. É a característica da cordialidade que marcaria o brasileiro, sua aparente

¹⁶ Weber distingue ter tipos de legitimação: a carismática, a tradicional e a racional-legal. A primeira ancorada nas 'virtudes' pessoais, a segunda na aceitação de regras oriundas dos vínculos familiares e religiosos e a terceira decorrente do processo de racionalização do poder em que a lei desempenha papel na impessoalidade do trato e separa claramente as fronteiras entre o público e o privado (WEBER, 2002, p. 65).

civilidade e a forma emotiva com que trata o outro, o estrangeiro, traço que Buarque atribui à origem agrária e patriarcal. Essa estratégia de sobrevivência seria, para Sérgio Buarque, uma forma de resistência e de se evitar o confronto direto. A intimidade daria lugar à impessoalidade, a emoção se sobrepujaria à razão.

Ouso, contudo, discordar desta versão, deve-se nos perguntar que discursos simbólicos são responsáveis por retirar dos indivíduos sua autonomia e deturpar a autoimagem que fazem de si, quais são os meios e as ideologias que tornam isso possível, e como podem buscar formas eficazes de reconhecimento.

Sérgio Buarque desenvolve outros argumentos para justificar a resistência brasileira ao desenvolvimento de relações institucionalizadas (e que gozariam dos atributos da impessoalidade e da racionalidade) segundo a tradição europeia continental: a relutância em aceitar os princípios supra individuais de organização e a ritualização. Para ele, “cada indivíduo, nesse caso, afirma-se ante os seus semelhantes indiferente à lei geral, onde esta lei contrarie suas afinidades emotivas, e atento apenas ao que o distingue dos demais, do resto do mundo” (HOLANDA, 1995, p. 155).

A ‘cordialidade’ seria, desta forma, um meio do indivíduo driblar a lei e sobreviver, inclusive, com acesso aos bens materiais, sem cultivar ‘virtudes’ ou capacidades efetivas de produção, no sentido capitalista. Desenvolveu-se a cultura do bacharelismo e um positivismo à brasileira, que distinguia teoria e prática de maneira bem peculiar: o lugar do discurso não inibe o acesso aos privilégios na distribuição desigual do prestígio e da riqueza.

Na história da formação das instituições no Brasil, a vinda da família real para a colônia representa um marco de declínio do velho mundo rural e impulsiona a necessidade de se desenvolver serviços básicos administrativos que seriam prestados pelo poucos ‘qualificados’, de alfabetizados a bacharéis que habitavam na colônia.

A abolição da escravatura representa outro marco histórico, porquanto introduz o trabalho remunerado, como única forma lícita de submissão da mão de obra. As condições de trabalho nesse momento são precárias e os salários são ínfimos. Outro impacto da abolição, talvez o mais importante, foi a expansão das cidades e a disponibilidade do operariado urbano, mesmo que desqualificado para a incipiente sociedade capitalista que se formava (CORDOSO, 2010, 50).

O último capítulo de ‘Raízes do Brasil’ é, sem dúvida, o mais weberiano de todos. Intitulado ‘nossa revolução’, Sérgio Buarque trata do aparelhamento do Estado no Brasil e compara-o ao tipo ideal de organização racional, naquele tempo já

vivenciado em parte dos países europeus. Todavia, longe da maturação política e da aplicação efetiva das categorias políticas ideias presentes na cultura liberal e republicana, a forma de sua adoção no Brasil foi exótica, má intencionada e falaciosa.

Emancipando-se das tutelas das metrópoles europeias, cuidaram elas de adotar, como base de suas cartas políticas, os princípios que se achavam então na ordem do dia. As palavras mágicas Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiravam soram antes de aparato que de substância (HOLANDA, 1995, p. 179).

Acreditou-se, ou se propagou a crença, até hoje persistente e demagógica, que a importação de institutos europeus viabilizaria a racionalização das instituições aqui criadas. Quanto ao desenvolvimento e a prática jurídica, um parágrafo do texto é ilustrativo:

Escapa-nos esta verdade de que não são as leis escritas, fabricadas pelos juristas, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações. Costumamos julgar, ao contrário, que os bons regulamentos e a obediência aos preceitos abstratos representam a floração ideal de uma apurada educação política, de alfabetização, de aquisição de hábitos civilizados e de outras condições igualmente excelentes (HOLANDA, 1995, p. 178).

Ilustra bem a forma como o discurso liberal e democrático vive em dois mundos: o europeu, real busca de sua concretização e o colonial-periférico precário e retórico. A resistência a racionalização é expressa no caudilhismo e a difícil passagem do Estado patrimonial ao Estado Burocrático no Brasil¹⁷. Constatação válida até dias atuais.

Sergio Buarque diagnostica a persistência da cultura personalista e clientelista e que esta manteve intacta a oligarquia instalada que propagou os privilégios para as gerações seguintes. O autor fala da incompatibilidade, talvez natural, entre a racionalização das instituições e a sociedade, e, ainda, a ausência de inteligibilidade delas para os povos latino-americanos (HOLANDA, 1995, p. 184). Discorda-se dessa assertiva, e proponho a tese oposta sobre a promoção de discursos e práticas tendentes a viabilizar os privilégios de uma pequena parcela da sociedade em oposição à maioria da população carente de proteção estatal e da distribuição dos bens simbólicos da civilização. O Estado brasileiro seria em sua origem e como seu fim antissocial, conforme afirma Adalberto Cardoso (2010, p. 85) e geraria o acesso desigual aos meios

¹⁷ Pode-se observar essa abordagem nas proposições de Bresser-Pereira. BRESSER-PEREIRA, no texto 'Do estado patrimonial ao gerencial', disponível em www.bresserpereira.org.br, acesso em 10 de setembro de 2008.

de proteção social e jurídica, seria uma cidadania regulada em oposição aos não abarcados pelo sistema de proteção social.

Para justificar sua tese Buarque apresenta três fatores para a incompatibilidade natural entre a formação de instituições eficientes e o povo a que se destina:

- (1) a repulsa dos povos americanos, descendentes dos colonizadores e da população indígena, por toda a hierarquia racional, por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstáculo grave à autonomia do indivíduo;
- (2) a impossibilidade de resistência eficaz a certas influências novas (por exemplo, do primado da vida urbana, do cosmopolitismo) que, pelo menos até recentemente, foram aliados naturais das ideias democrático-liberais;
- (3) a relativa inconsistência dos preconceitos de raça e de cor (HOLANDA, 1995, p. 184).

Se a mentalidade ‘anarquista’ (o vocábulo deve ser entendido no seu sentido vulgar, como resistente às regras) que seria natural e endógena a nossa sociedade tropical, justificaria a hipótese do homem cordial, como resistência não organizada e dispersa aos discursos de poder inseridos de forma exógena na cultura pátria. Outro ponto seria seu caráter também incompatível com a sociedade liberal, seus princípios não passariam de ‘uma inútil e onerosa superafetação’ (HOLANDA, 1995, p. 215).

3. A crítica de Jessé Souza e a Sociologia da Inautenticidade

A proposta explicativa de Jesse Souza¹⁸ é bem ampla. Quer ele ofertar as bases para o entendimento do Brasil, interpretando suas especificidades, sem abrir mão da tradição sociológica europeia, em especial, da teoria crítica, em seus escritos observam-se as influências das abordagens de Jürgen Habermas, Axel Honneth, Pierre Bourdieu, Charles Taylor, e outros.

O percurso teórico proposto por Jesse Souza pode ser traçados em três trabalhos: (a) em *A modernização seletiva* (2000), ele aborda o processo de construção social brasileira a partir da modernização ocidental, procurando interpretar o dilema brasileiro; (b) Em *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica* (2012), completando o discurso da modernização seletiva, Souza busca cunhar uma explicação de Brasil a partir daqueles que estão na base da

¹⁸ Doutor pela Universidade de Heidelberg, Alemanha, em 1991, pós-doutor pela New School for Social Research, foi professor do departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UNB, e hoje da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

pirâmide social e que não gozam dos benefícios da proteção social e jurídica, e portanto, estão carentes de reconhecimento afetivo, jurídico e social, nos lastros da teórica crítica de Axel Honneth; (c) Os livros *A invisibilidade da desigualdade brasileira (2006)* e *A ralé brasileira: que é e como vive (2011)*, aprofundamentos do objeto já traçado nos livros anteriores e constituem um aprofundamento do tema, conta com colaboradores e com pesquisa empíricas, orientadas ou imbuídas no interesse do desvelamento da desigualdade vivida no Brasil. Os temas abordados pelo autor gravitam sobre os eixos da crítica ao processo social moderno e pernicioso que, aplicado ao contexto brasileiro, serve como ideologia para a perpetuação da desigualdade. Quando se usam conceitos e critérios aparentemente neutros como meritocracia, por exemplo, esquece-se de se questionar a rígida estrutura de classes e a indiferença do discurso social de reconhecimento, que formaria uma ralé sem possibilidades de ascensão social.

Procuraremos, neste tópico, apresentar a singularidade do processo social brasileiro e a crítica de Souza direcionada às explicações correntes em torno da sociologia da inautenticidade¹⁹. A nomenclatura remonta aos clássicos da teoria social brasileira que ao tratarem o Brasil a partir da herança portuguesa, teriam desenvolvido uma justificação ‘naturalista’²⁰ e ‘culturalista’²¹ para qual haveria certa tendência da sociedade e de suas elites à amoralidade ou imoralidade e a percepção deturpada da ética do trabalho²². Faltaria ao brasileiro, segundo essa interpretação, uma autenticidade social como resposta às adversidades impostas pelo processo colonial. Por razões de ‘caráter’, conforme as propostas explicativas de teorias como as esboçadas por Buarque

¹⁹ O termo Jessé Souza refere-se à existência de uma sociologia brasileira que não poderia ser considerada uma autêntica interpretação do seu povo. Usa o termo para rotular as posições de Buarque de Holanda e Faoro, por exemplo, que ao se utilizar das categorias weberianas de compreensão da realidade e a produzir uma ciência social ‘tropical, não consegue superar as abordagens marcadas pelo racismo, naturaliza a situação de miséria e as dificuldades em que vive a maior parte da sociedade.

²⁰ Por naturalista entende-se a resposta dada por Buarque quando tenta a partir do ‘caráter’ do brasileiro, por isso a caracterização do homem cordial e a herança moral portuguesa, justificar a desagregação da sociedade e a miséria material e simbólica que vive a maior parte da população (HOLANDA, 1995, p. 79).

²¹ Quando falamos em versão culturalista remetemos a posição de Damatta, abordada também por Souza como uma teoria da inautenticidade. O que Damatta propõe é que o ‘jeitinho’ brasileiro refere-se ao meio que os brasileiros lidam com as instituições. Seria essa ‘perversão’ de caráter que denunciaria um traço de peculiar da personalidade do homem dos trópicos que aqui se formara (DAMATTA, 2012).

²² A ética do trabalho remete ao conceito weberiano, segundo o qual haveria na cultura dos protestantes e dos judeus a valorização da virtude do trabalho, único meio de servir a Deus, de alcançar a riqueza e honra a sociedade (WEBER, 2003).

e Faoro²³, são inspirados na aplicação da teoria weberiana da ação, em que os indivíduos precedem as instituições. Quanto à explicação do processo de modernização econômica, haveria aqui nos trópicos a inversão das virtudes econômicas, o que impediria o progresso econômico nos moldes vividos pelos Estados Unidos, da indústria e do comércio. Este questionamento, porém, já discutimos nos tópicos sobre Furtado e Oliveira, e não prosperou.

Ressalta-se que não há em Souza uma análise do processo econômico sobre o qual se construiu a sociedade brasileira, especialmente, sobre a organização da força de trabalho e o processo de produção e destruição da riqueza social. A nosso ver, é esclarecedora a abordagem de Oliveira (2008, p. 131) sobre a dependência econômica, não uma discrepância em relação ao capitalismo ocidental, mas uma condição necessária ao seu desenvolvimento. Acreditamos que a interlocução entre esses autores, é importante para a visão global do problema. Em Oliveira, destacamos a explicação econômica e a especificidade do capitalismo brasileiro que combina o arcaico e o moderno de forma perversa, em Souza pela investigação sociológica, ou seja, as práticas sociais que viabilizam o processo. Souza produz uma sociologia a partir da observação da realidade. Ao penetrar na estrutura social, ele se propõe a investigar como a sociedade brasileira lida com o discurso moderno e suas categorias de classe social, méritos, acesso aos bens materiais e simbólicos disponíveis.

Para Jessé Souza não se pode falar que no Brasil não houve a penetração do discurso moderno. Ao contrário, as categorias institucionais existem, mas não são inclusivas, segregam a maior parte da sociedade por não atingirem o padrão ‘cultural’ exigido, fragmentam a identidade e perpetuam as desigualdades simbólicas; podemos, assim, entender a cidadania como importante categoria desse tipo. Por isso, a distinção entre ‘cidadão’ e ‘subcidadão’²⁴, este não interlocutor do discurso e dos benefícios gozados por aquele. Para chegar a essa conclusão, Souza segue um longo caminho.

O percurso do livro *A modernização seletiva* é bem ilustrativo das influências que Souza sofreu para produzir sua sociologia da sociedade brasileira. O livro, que é dividido em três partes, tem a primeira dedicada a autores da teoria social no

²³ Em sequência anterior já abordamos o estamento burocrático a partir da herança portuguesa. FAORO, 2001. Em outra obra, Faoro assevera sua concordância com o pensamento de Buarque, que para ele seria um interprete das instituições brasileiras. FAORO, 2007.

²⁴ No livro, Souza desenvolve o conceito de subcidadania a partir da visão da perspectiva de reconhecimento de Honneth, porém sem antes identificar o percurso da modernidade europeia e suas conjunturas simbólicas correlatas (SOUZA, 2012).

Ocidente que são considerados por Souza essenciais para a compreensão da modernização da sociedade europeia e do homem moderno: Max Weber, Nobert Elias, Jürgen Habermas e Charles Taylor. Deles Souza extrai categorias fundamentais como ética do trabalho, processo civilizador, ação comunicativa e *self* pontual, respectivamente.

No livro, o primeiro autor a ser abordado quanto ao processo de modernização Max Weber (2004). Para este autor, que propõe uma sociologia compreensiva ao associar a história e as motivações pessoais na implantação do capitalismo, haveria o processo de racionalização da dominação como modelo predominante de legitimidade, a que se dominou racional-legal. Seria racionalizada uma sociedade por não se apoiar no carisma ou na tradição, como mecanismo básico de submissão às relações de poder presentes entre grupos dominantes e dominados. Por racionalização, considerando a interpretação da razão instrumental ou finalista, entende-se uma sociedade secularizada e detentora do aparato técnico, produtivo e científico. Por legalidade, que se confunde na visão weberiana com legitimidade, seria a função da lei como mediação fundamental da relação entre os homens, o que viabilizaria a planificação das expectativas contrárias entre os membros dos grupos regulados por um único código de conduta dominante. O direito moderno, herdeiro das codificações romanas, foi seguindo por sua nacionalização, por seus atributos de segurança e calculabilidade, seria uma requisito essencial à sociedade ocidental, pois ele é o principal regulador das trocas no sistema capitalista.

Na linguagem weberiana, não haveria nos trópicos a secularização da cultura²⁵, condição necessária ao desenvolvimento do capitalismo. A superação da situação de pré-capitalista e pré-modernos seria uma condição para a completa modernização, pelo menos, se entendêssemos uma linearidade no processo histórico e a evolução social, o que não nos parece ser a resposta mais adequada.

Neste ponto voltamos à análise de Oliveira (2008, p. 39), para quem o arcaico no Brasil se combina perniciosamente ao moderno, excluindo grande parte da sociedade dos benefícios do progresso econômico. A dualidade entre o moderno e o pré-moderno, sendo a condição nacional a segunda, não se aplicaria ao Brasil de maneira simples. Para Souza, o discurso institucional é moderno e internalizado pela sociedade,

²⁵ Neste caso entendemos os termos com três conotações básicas: no plano jurídico, representou o processo de 'tomada' dos bens da Igreja Católica pelo Estado; no plano sócio-político, o processo de separação entre o poder estatal do religioso; no plano ideológico, a superação de uma visão religiosa das relações sociais por uma versão impessoal e desprendida da tradição (MARRAMAQ, 1995, p. 25).

porém ela mesma se julga inferior e atrasada. A percepção de si, inserida no discurso de poder e nas ideologias de progresso, como representação interna que os indivíduos fazem si mesmos estaria condicionada a inserção de um discurso sobre o ideal de sociedade que não autêntico.

Quando analisa o processo civilizador de Nobert Elias, Souza afirma que o adjetivo civilizado decorre mais da interpretação do mundo feita pelo sujeito, em que as normas de conduta são internalizadas (SOUZA, 2000, p. 56). Assim, a repressão interna, poderia ser associada à ideia kantiana de dever, seria maior que a externa, viabilizada pela coerção ou coação estatal. O sujeito civilizado, constituído no processo social e histórico, seria oposto em alemão à *kultur* (cultura), já que esta seria um saber irrefletido e ‘natural’, enquanto o civilizado produziria uma reflexão elaborada sobre si mesmo e o mundo. O civilizado seria capaz de se portar socialmente, relacionar-se com outros homens e com as instituições segundo padrões tidos como ideais, segundo um código de conduta social hierarquicamente superior. Seria, assim, um processo longo de construção da identidade, que não seria possível sem seu contrário. Segundo Souza:

Elias percebe o processo civilizador como um *continuum*, representando uma nova fase de desenvolvimento da autoconsciência e autolegitimação de uma cultura específica. Fases anteriores do mesmo processo seriam a separação entre cristãos e infiéis, que enseja o surgimento das cruzadas como uma guerra de colonização e expansão. Já essa divisão traz em si e leva a um estágio posterior a lembrança de um passado comum latino e cristão, que influenciou todos os grandes povos europeus. É a partir dessa herança comum que será possível pensar as nações europeias, a despeito das diferenças nacionais que serão importantes, como veremos, como constituintes de uma cultura específica (SOUZA, 2000, p. 43).

É interessante, em contraponto ao modelo individualista weberiano, que para Elias não existe sujeito, já que sua análise é sistêmica. Também haveria várias experiências de civilização, como a França e a Alemanha, citadas por Elias, o que torna o processo civilizatório multifacetado. O processo civilizatório é em si mesmo seletivo.

Considerações finais

A sociologia da ‘inautenticidade’ se utiliza das categorias weberianas e as aplica ao Brasil, buscando aqui produzir também seus tipos ideais.

Dois autores discutidos anteriormente são exemplos do uso das categorias weberianas, Buarque (1995) e Faoro (2001). Ambos discutem o processo de formação do Brasil a partir de sua herança portuguesa. Em Buarque, os usos dos tipos ideais e das

metáforas são seguidos pelos pares de opostos: aventureiro e trabalhador, que além do uso estilísticos e do apelo a memória social irrefletida, descoberta uma tentativa de explicação do Brasil que discute nossa ‘falta de aptidão’ para o desafio de se constituir enquanto civilização prospera. Em Faoro, o uso da categoria estamento, que remete a ausência de mobilidade social, por burocrático, termo proveniente da sociologia de Weber, encontramos a discussão sobre a falta de racionalização, caracterizado por personalismo e patriarcalismo no trata com a coisa pública

Tomando emprestada a compreensão weberiana da sociedade e o discurso ético e econômico que os viabilizou, buscaram os autores da sociologia da ‘inautenticidade’ aplica-los ao Brasil, o que não funcionou. Evidentemente o protestantismo ascético não prosperou nos trópicos, nem a ética do trabalho, nem a burocracia, na gestão dos bens públicos. Aqui ao contrário, o personalismo se sobrepõe à isonomia, os interesses pessoais estão acima dos coletivos, a ‘ausência’ de ética do trabalho, engessaria a pirâmide social. Tais conclusões são verdadeiras, porém suas causas não podem ser imputadas às escolhas individuais e à falta de moralidade, ou a uma ‘cordialidade’ falaciosa. No contexto do caos social, a base econômica de exploração tão importante para explicar a situação de precariedade em que vive a maior parte dos indivíduos, é desconsiderada nessas abordagens. A sociologia da ‘inautenticidade’ erraria no ponto fundamental: confunde causa e efeito. Não se pode indicar o ‘caráter’ dos indivíduos para justificar sua própria condição de subjugação, o processo social em que estão imersos, desvirtuaria sua moralidade.

A teoria social moderna vem oferecer as repostas, evocando uma explicação profana para a dinâmica da sociedade capitalista. Para Mészáros a maior parte das teorias sociais modernas tem um desdobramento ideológico pernicioso: a atenuação dos conflitos. Assim, os conflitos sociais de base são trivializados em esquemas gerais de diferenciação funcional, especialização das funções dentre outros. A base de argumentação da teoria social repousa na metáfora da secularização, como evento prévio e elemento implícito em suas construções. Identificam-se três características gerais de análise comum às teorias modernas: (a) a linearidade e uniformização na “racionalização das imagens de mundo” e o desapego das figuras míticas na justificação das ações sociais; (b) a categorização teórica baseada na experiência europeia de modernidade; e (c) o desligamento progressivo das reflexões sociológicas da crítica política pela especialização dos campos do saber (MÉSZÁROS, 2004, p. 105).

No entanto, não é o povo o destinatário e beneficiário desse discurso e naturalizar a desigualdade e sua prática, culpando genericamente as próprias vítimas, não parece uma resposta aceitável. Se a confusão de cor e raça e o falacioso discurso positivista e liberal afloraram, não foram eles inseridos pela ‘amorfa’ massa populacional, mas serviram a relações de poder e manutenção de privilégios, como o autor em comento asseverou. Não poderia dar bons frutos a aplicação de categorias e institutos avessos a realidade. Cabe questionar se tal situação é natural, como coloca Buarque, ou provocada, criada e manipulada.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. **Walter Benjamin e a História**. In Teoria e Política. n. 15, São Paulo, Brasil Debates, 1990.
- BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. Do estado patrimonial ao gerencial. Disponível em www.bresserpereira.org.br, acesso em 10 de setembro de 2008.
- CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade de trabalho no Brasil**. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- CASTORIADES, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Trad. Ruy Peynaud. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** São Paulo: Rocco, 1997.
- _____. **Canaviais, malandros e heróis**. São Paulo: Rocco, 1997.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. A formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.
- _____. **A República inacabada**. Existe um pensamento político brasileiro? Assembleia constituinte: a legitimidade resgatada. São Paulo: Globo, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Un diálogo sobre el poder y otras conversaciones**. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, GALBRAITH, Kenneth. **Anatomia do Poder**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1983.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- HABERMAS, Jürgen. **Discurso filosófico da modernidade**. Trad. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MARRAMAIO, Giacomo. **Poder e secularização: as categorias do tempo**. Trad. Guilherme Alberto Gomes de Andrade. São Paulo: UNESP, 1995.
- MINTZ, Sidney. **O poder amargo do açúcar**. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- NIETZSCHE, Frederic. **A Genealogia da Moral**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**. Ensaio sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 127.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização segundo Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar um velho sentido. In: SOUZA, Jessé (Org.). **A atualidade de Max Weber**. Brasília: UNB, 2002.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2011.
- SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma releitura do caso brasileiro**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.
- _____. Acerca do lugar da moralidade na política: Weber, Habermas e a singularidade da cultura alemã. In: SOUZA, Jessé (Org.). **A atualidade de Max Weber**. Brasília: UNB, 2002.
- SZTOMPKA, Piort. **A sociologia da mudança social**. Trad. Pedro Jorgensen. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1998.
- TAYLOR, Charles. **As fontes do Self: a construção da identidade moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Loyola, 1997.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica de la modernidad**. Trad. Mauro Armiño. 2 ed. Madri: Paseo de La Castela, 1993.
- TRASK, R. L.. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução e adaptação de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.
- VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. **Teoria dos sistemas e o direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Trad. Waltencir Dutra. 5ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Trad. Pietro Nasseti. (traduzido da versão inglesa de Talcott Parsons) São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. **Economia e Sociedade.** V I. 4ed. Trad Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, Revisão técnica de Gabriel Conh. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

_____. **Economia e Sociedade.** V II. 4ed. Trad Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, Revisão técnica de Gabriel Conh. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.